



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Agora São Paulo

Data: 25/05/2012

Link: <http://www.agora.uol.com.br/brasil/ult10102u1095454.shtml>

Caderno / Página: - / -

Assunto: Código Florestal deve ter vetos parciais, afirma Temer

Código Florestal deve ter vetos parciais, afirma Temer

Folha de S.Paulo

Brasília - A presidente Dilma Rousseff apresentará hoje sua lista de vetos ao Código Florestal e as propostas do governo para preencher os buracos legais deixados no texto aprovado no Congresso.

O veto será provavelmente parcial, segundo adiantou ontem o vice-presidente, Michel Temer. E buscará restaurar a essência do projeto de código aprovado pelo Senado, segundo informou à reportagem uma pessoa envolvida nas negociações.

Até o fechamento desta edição, Dilma ainda estava reunida com ministros no Planalto fechando as definições da proposta do governo.

O encontro faz parte de uma exaustiva série de reuniões que a presidente tem feito desde sábado com Gleisi Hoffman (Casa Civil), Izabela Teixeira (Meio Ambiente), Mendes Ribeiro (Agricultura), Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário) e Luis Inácio Adams (AGU).

Nos encontros, cada artigo do código foi discutido, com direito a aulas particulares para a presidente de especialistas como o agrônomo Gerd Sparovek, da Esalq-USP, e o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues.

Prevaleceu no governo a posição de Izabella, que defendia o texto do Senado como o melhor acordo possível para conciliar produção agrícola e conservação.

Florestas

Uma mudança importante deve ser feita no artigo 62, que trata da recomposição de florestas desmatadas em beira de rio -- e cuja versão da Câmara caracterizava anistia a desmatadores, na opinião do governo.

A formulação do Senado para o artigo deve voltar ao texto. Assim, os proprietários serão obrigados a recompor faixas de mata ciliar de tamanhos variados, a depender da largura do rio.

O Meio Ambiente aceitou flexibilizar a recomposição para os minifúndios, propriedades rurais de até 1 módulo fiscal de área (que correspondem a 6% da área agrícola do país, mas a 65% dos imóveis).

Em troca, se elevaria o mínimo de recomposição de mata ciliar para 30 metros à beira de rios pequenos, em vez dos 15 metros definidos pelos textos do Senado e da Câmara dos Deputados.